

Relatório Anual

**2012**

Demonstrações  
Contábeis





<b>5</b>	Balanço Patrimonial
<b>6</b>	Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
<b>7</b>	Demonstração da Mutação do Ativo Líquido
<b>9</b>	Demonstração do Ativo Líquido
<b>11</b>	Demonstração do Plano de Gestão Administrativa
<b>13</b>	Demonstração das Obrigações Atuariais
<b>14</b>	Notas Explicativas �s Demonstrações Contábeis
<b>24</b>	Parecer Atuarial
<b>31</b>	Parecer dos Auditores Independentes
<b>33</b>	Parecer do Conselho Fiscal
<b>34</b>	Manifestação do Conselho Deliberativo
<b>35</b>	Informe Resumo dos Investimentos
<b>37</b>	Resumo da Política de Investimentos





# Balço Patrimonial

em milhares de Reais

<b>Ativo</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>Disponível</b>	<b>16</b>	<b>34</b>
<b>Realizável</b>	<b>76.954</b>	<b>72.636</b>
Gestão Previdencial (Nota 5)	203	159
Gestão Administrativa (Nota 5)	900	702
Investimentos	75.851	71.775
Títulos Públicos (Nota 6)	50.745	48.013
Fundos de Investimento (Nota 6)	20.465	18.639
Investimentos Imobiliários (Nota 7)	2.556	1.267
Outros Realizáveis (Nota 6)	2.085	3.856
<b>Permanente (Nota 8)</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
Imobilizado	1	2
<b>Total do Ativo</b>	<b>76.971</b>	<b>72.672</b>
<b>Passivo</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>Exigível Operacional (Nota 9)</b>	<b>1.047</b>	<b>976</b>
Gestão Previdencial	624	613
Gestão Administrativa	423	363
<b>Exigível Contingencial (Nota 10)</b>	<b>1.076</b>	<b>984</b>
Gestão Previdencial	395	312
Gestão Administrativa	681	672
<b>Patrimônio Social</b>	<b>74.848</b>	<b>70.712</b>
Patrimônio de Cobertura do Plano (Nota 11)	74.847	70.710
Provisões Matemáticas	74.847	70.710
Benefícios Concedidos	148.191	147.554
Benefícios a Conceder	3.539	3.491
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(76.883)	(80.335)
Fundos (Nota 12)	1	2
Fundos Administrativos	1	2
<b>Total do Passivo</b>	<b>76.971</b>	<b>72.672</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Descri�o	31/12/2012	31/12/2011	Variacão (%)
<b>A) Patrimônio Social - In�cio do Exercício</b>	<b>70.712</b>	<b>65.153</b>	<b>9</b>
<b>1. Adi�es</b>	<b>20.029</b>	<b>21.127</b>	<b>(5)</b>
( + ) Contribui�es Previdenciais	9.672	11.113	(13)
( + ) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.855	7.896	12
( + ) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	-	121	(100)
( + ) Receitas Administrativas	1.484	1.997	(26)
( + ) Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	18	-	100
<b>2. Destina�es</b>	<b>(15.893)</b>	<b>(15.568)</b>	<b>2</b>
( - ) Benefícios	(14.307)	(13.571)	5
( - ) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	(83)	-	100
( - ) Despesas Administrativas	(1.502)	(1.815)	(17)
( - ) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	(1)	-	100
( - ) Constitui�o de Contingências - Gestão Administrativa	-	(182)	(100)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)</b>	<b>4.136</b>	<b>5.559</b>	<b>(26)</b>
( + / - ) Provisões Matemáticas	4.137	5.559	(26)
( + / - ) Fundos Administrativos	(1)	-	100
<b>B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A + 3)</b>	<b>74.848</b>	<b>70.712</b>	<b>6</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra es Contábeis.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011	Variação (%)
<b>A) Ativo Líquido - Início do Exercício</b>	-	-	-
<b>1. Adições</b>	<b>12</b>	<b>142</b>	<b>(92)</b>
(+) Contribuições	11	-	100
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1	-	100
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	-	142	(100)
<b>2. Destinações</b>	<b>(12)</b>	<b>(142)</b>	<b>(92)</b>
(-) Benefícios	(12)	(96)	(88)
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(46)	(100)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)</b>	-	-	-
<b>B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A + 3)</b>	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Descri�o	31/12/2012	31/12/2011	Variacão (%)
<b>A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício</b>	<b>70.710</b>	<b>65.151</b>	<b>9</b>
<b>1. Adi�es</b>	<b>19.871</b>	<b>20.980</b>	<b>(5)</b>
( + ) Contribui�es	11.017	13.038	(16)
( + ) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.854	7.942	11
<b>2. Destina�es</b>	<b>(15.734)</b>	<b>(15.421)</b>	<b>2</b>
( - ) Benefícios	(14.295)	(13.475)	6
( - ) Constitui�o de Conting�ncias - Gestão Previdencial	(83)	(21)	295
( - ) Custeio Administrativo	(1.356)	(1.925)	(30)
<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1 + 2)</b>	<b>4.137</b>	<b>5.559</b>	<b>(26)</b>
( + / - ) Provis�es Matemáticas	4.137	5.559	(26)
<b>B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A + 3)</b>	<b>74.847</b>	<b>70.710</b>	<b>6</b>
<b>C) Fundos Não Previdenciais</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>(50)</b>
( + / - ) Fundos Administrativos	1	2	(50)

As Notas Explicativas s o parte integrante das Demonstra es Contábeis.



Descrição	31/12/2012	31/12/2011	Varição (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>259</b>	<b>269</b>	<b>(4)</b>
<b>Investimentos</b>	<b>259</b>	<b>269</b>	<b>(4)</b>
Fundos de Investimento	259	269	(4)
<b>2. Obrigações</b>	<b>259</b>	<b>269</b>	<b>(4)</b>
Operacional	259	269	(4)
<b>5. Ativos Líquidos (1 - 2)</b>	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011	Varição (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>75.608</b>	<b>71.368</b>	<b>6</b>
<b>Disponível</b>	<b>16</b>	<b>34</b>	<b>(53)</b>
<b>Recebível</b>	<b>204</b>	<b>161</b>	<b>27</b>
<b>Investimentos</b>	<b>75.388</b>	<b>71.173</b>	<b>6</b>
Títulos Públicos	50.745	48.013	6
Fundos de Investimento	20.002	18.037	11
Investimentos Imobiliários	2.556	1.267	102
Outros Realizáveis	2.085	3.856	(46)
<b>2. Obrigações</b>	<b>760</b>	<b>656</b>	<b>16</b>
Operacional	365	344	6
Contingencial	395	312	27
<b>3. Fundos Não Previdenciais</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>(50)</b>
Fundos Administrativos	1	2	(50)
<b>5. Ativos Líquidos (1 - 2 - 3)</b>	<b>74.847</b>	<b>70.710</b>	<b>6</b>
Provisões Matemáticas	74.847	70.710	6

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011	Varição (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>1.502</b>	<b>1.997</b>	<b>(25)</b>
1.1. Receitas	1.502	1.997	(25)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.356	1.925	(30)
Custeio Administrativo dos Investimentos	77	69	12
Reversão de Contingências	18	-	100
Outras Receitas	51	3	1.600
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(1.502)</b>	<b>(1.997)</b>	<b>(25)</b>
2.1. Administração Previdencial	(1.429)	(1.928)	(26)
Pessoal e Encargos	(224)	(186)	20
Treinamento/Congressos e Seminários	(5)	(9)	(44)
Viagens e Estadias	(36)	(41)	(12)
Serviços de Terceiros	(319)	(690)	(54)
Despesas Gerais	(844)	(823)	3
Contingências	-	(179)	(100)
Outras Despesas	(1)	-	100
2.2. Administração dos Investimentos	(73)	(69)	6
Serviços de Terceiros	(73)	(66)	11
Contingências	-	(3)	(100)
<b>3. Resultado Negativo dos Investimentos</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>100</b>
<b>4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>100</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>100</b>
<b>6. Operações Transitórias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5 + 6)</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>(50)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011	Varição (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>1.502</b>	<b>1.997</b>	<b>(25)</b>
1.1. Receitas	1.502	1.997	(25)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.356	1.925	(30)
Custeio Administrativo dos Investimentos	77	69	12
Reversão de Contingências	18	-	100
Outras Receitas	51	3	1.600
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(1.502)</b>	<b>(1.997)</b>	<b>(25)</b>
2.1. Administração Previdencial	(1.429)	(1.928)	(26)
2.1.2. Despesas Específicas	(1.429)	(1.928)	(26)
Pessoal e Encargos	(224)	(186)	20
Treinamento/Congressos e Seminários	(5)	(9)	(44)
Viagens e Estádias	(36)	(41)	(12)
Serviços de Terceiros	(319)	(690)	(54)
Despesas Gerais	(844)	(823)	3
Contingências	-	(179)	(100)
Outras Despesas	(1)	-	100
2.2. Administração dos Investimentos	(73)	(69)	6
2.2.2. Despesas Específicas	(73)	(69)	6
Serviços de Terceiros	(73)	(66)	11
Contingências	-	(3)	(100)
<b>3. Resultado Negativo dos Investimentos</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>100</b>
<b>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>100</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>100</b>
<b>6. Operações Transitórias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5 + 6)</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>(50)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>Varição (%)</b>
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)</b>	<b>74.847</b>	<b>70.710</b>	<b>6</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>74.847</b>	<b>70.710</b>	<b>6</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>148.191</b>	<b>147.554</b>	<b>-</b>
Benefício Definido	148.191	147.554	-
<b>1.2. Benefícios a Conceder</b>	<b>3.539</b>	<b>3.491</b>	<b>1</b>
Benefício Definido	3.539	3.491	1
<b>1.3. ( - ) Provisões Matemáticas a Constituir</b>	<b>(76.883)</b>	<b>(80.335)</b>	<b>(4)</b>
( - ) Déficit Equacionado	(76.883)	(80.335)	(4)
( - ) Patrocinador(es)	(76.883)	(80.335)	(4)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

### NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A BANORTE – Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, constituída em conformidade com a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela portaria nº 2.109, de 29 de abril de 1980, do Ministério da Previdência Social – MPS, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, obedecendo às normas expedidas através do Conselho Nacional da Previdência Complementar - CNPC e as Resoluções específicas do Banco Central do Brasil.

A Entidade tem como objetivo principal a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente, voltados aos empregados das patrocinadoras, sendo que o principal patrocinador é o Itaú Unibanco S.A.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos da Entidade provêm de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como dos rendimentos resultantes da aplicação desses recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

A mesma administra dois planos de benefícios definidos, BD I e BD II, de acordo com os respectivos regulamentos, os quais foram aprovados através da Portaria DETEC/SPC nº 703 e 702, respectivamente, de 22 de setembro de 2006, e posteriores alterações.

O Plano I, desde 2009, tem apenas ex-participantes com saldo de reserva a receber e sem obrigações atuariais.

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial em 30 de setembro de 2012 e 31 de outubro de 2011 apresenta a seguinte posição:

Plano	Ativos				Assistidos (1)				Total			
	2012		2011		2012		2011		2012		2011	
	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes
BD II	7	19	7	19	542	378	548	384	549	397	555	403
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>19</b>	<b>7</b>	<b>19</b>	<b>542</b>	<b>378</b>	<b>548</b>	<b>384</b>	<b>549</b>	<b>397</b>	<b>555</b>	<b>403</b>

1) Incluem pensionistas.

### NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das EFPC's, especificamente a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009; Instrução SNPC nº 5, de 08 de setembro de 2011 e Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010.

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas na estrutura de gestão unifundo de forma segregada entre o plano de Benefícios Definido I (BD I) e Benefícios Definido II (BD II), e os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade:

- **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;

- **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;

- **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

### NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 2, estão resumidas em:

#### a) Ativo Realizável

- **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o plano de custeio e as contribuições contratadas com a patrocinadora.
- **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuado pela patrocinadora e outros eventos administrativos.
- **Investimentos** – Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

#### I. Títulos Públicos e Fundos de Investimento

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas, sendo classificados nas seguintes categorias:

**a. Títulos para negociação** – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício;

**b. Títulos mantidos até o vencimento** – Quando a intenção da administração for manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando a capacidade financeira da entidade, os prazos mínimos de vencimento e a classificação de risco do título. Estes são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

#### II. Investimentos Imobiliários

Estão demonstrados, na Nota 7, ao custo de aquisição ou construção, ajustado a valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2012, suportadas por laudos técnicos, como determina a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

#### III. Provisão para Perdas

Constituída considerando a avaliação de riscos de crédito em investimentos realizados em instituições sob regime especial ou consideradas de difícil realização, sendo considerada suficiente para cobrir perdas, conforme Nota 7.

#### b) Ativo Permanente

É composto pelo ativo imobilizado, demonstrado ao custo de aquisição e depreciação, pelo método linear à taxa abaixo, tendo como contrapartida a conta de despesa do Plano de Gestão Administrativa – PGA (Nota 8).

- Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos: 10% a.a

#### c) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias e provisões de folha de pagamento e respectivos encargos, conforme Nota 9.

#### d) Exigível Contingencial

Conforme descrito na Nota 10, são decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadora adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor, e são classificados como:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** somente são divulgados sem que sejam provisionados; e
- **Remotas:** não requerem provisão e divulgação.

### **e) Plano de Gestão Administrativa – PGA**

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidos das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

### **f) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas**

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

### **g) Contabilização entre os Planos**

O Plano BD I possui compromissos com ex-participantes registrados nos grupos de Exigível Operacional e Exigível Contingencial, utilizando-se da metodologia unifundo, tendo os seus ativos (Fundo de Aplicações em Quotas de Fundos de Investimentos Financeiros – Renda Fixa) segregados para cobertura dos mesmos, sendo os demais compromissos contabilizados no Plano BD II.

### **h) Imposto de Renda**

Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

### **i) PIS e COFINS**

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

A partir do 2º semestre de 2009, a entidade passou a depositar judicialmente os referidos tributos, conforme mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal face ao processo nº 2009-83.00.010036-8 (Nota 5 e 10).



## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

### NOTA 4 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa as contribuições realizadas pelas patrocinadoras e participantes para a cobertura das despesas administrativas da Entidade, sendo o percentual de contribuição estabelecido pelos consultores atuariais externos.

As despesas administrativas previdenciais da Entidade são custeadas mensalmente pela patrocinadora, conforme estabelecido anualmente na Nota Técnica do Atuário Independente e contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial, e as despesas administrativas de investimentos custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos e registradas na Gestão Administrativa – Administração dos Investimentos.

### NOTA 5 - ATIVO REALIZÁVEL

Descrição	2012	2011	
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>203</b>	<b>159</b>	
Depósito Judicial - Desligados	203	159	
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>900</b>	<b>702</b>	
Contribuições da Patrocinadora (1)	203	214	
Responsabilidade de Terceiros	106	-	
Seguro (2)	19	9	
Depósito Judicial - PIS/COFINS	251	169	
Depósito Judicial - Processos Trabalhistas	321	310	
<b>Total</b>	<b>1.103</b>	<b>861</b>	

(1) Contribuição da Patrocinadora para cobertura das despesas administrativas do Plano BD II.  
(2) Seguro responsabilidade por Gestão de Previdência Complementar.

### NOTA 6 - INVESTIMENTOS

A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

#### a) Composição dos Investimentos

Descrição	2012			2011
	PLANO BD I	PLANO BD II	TOTAL	
Títulos Públicos	-	50.745	50.745	48.013
Fundos de Investimentos	259	20.206	20.465	18.639
Investimentos Imobiliários (Nota 7)	-	2.556	2.556	1.267
Outros Realizáveis (1)	-	2.085	2.085	3.856
<b>Total</b>	<b>259</b>	<b>75.592</b>	<b>75.851</b>	<b>71.775</b>

(1) Refere-se a Ação Ordinária de Repetição de Indébito promovida pela Entidade em razão de imunidade tributária, relativa ao recolhimento de IRRF para o período de 1988/1989.

#### b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, no Itaú Unibanco e em outras Instituições Financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários.

Plano Banorte	Valor (1)				
	Valor a Mercado			Categoria (2)	
	Custo	Ajuste a Mercado	Total	Para Negociação	Até o Vencimento
<b>Títulos Públicos</b>	<b>50.745</b>	<b>23.744</b>	<b>74.489</b>	-	<b>50.745</b>
Notas do Tesouro Nacional	50.745	23.744	74.489	-	50.745
<b>Fundo de Investimento</b>	<b>20.465</b>	-	<b>20.465</b>	<b>20.465</b>	-
Fundo de Investimento - Não Exclusivos	20.465	-	20.465	20.465	-
Renda Fixa	15.706	-	15.706	15.706	-
Renda Variável	3.738	-	3.738	3.738	-
Investimento Imobiliário	1.021	-	1.021	1.021	-
<b>Total (1)</b>	<b>71.210</b>	<b>23.744</b>	<b>94.954</b>	<b>20.465</b>	<b>50.745</b>

Plano Banorte	Valor (1)			
	Vencimento		Valor Contábi	
	Indeterminado	Acima de 5 anos	31/12/2012	31/12/2011
<b>Títulos Públicos</b>	-	<b>50.745</b>	<b>50.745</b>	<b>48.013</b>
Notas do Tesouro Nacional	-	50.745	50.745	48.013
<b>Fundo de Investimento</b>	<b>20.465</b>	-	<b>20.465</b>	<b>18.639</b>
Fundo de Investimento - Não Exclusivos	20.465	-	20.465	18.639
Renda Fixa	15.706	-	15.706	13.931
Renda Variável	3.738	-	3.738	3.738
Investimento Imobiliário	1.021	-	1.021	970
<b>Total (1)</b>	<b>20.465</b>	<b>50.745</b>	<b>71.210</b>	<b>66.652</b>

(1) Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento" estão avaliados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de balanço e os classificados como "para negociação" estão avaliados pelo valor de mercado considerando preço médio de negociação no dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adoção técnica de precificação, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Os fundos de Investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do balanço.

Incluí, além dos recursos do Plano de Benefícios, os ativos do PGA no montante de R\$ 203 (R\$ 332 em 2011).

(2) Os títulos registrados na categoria até o vencimento correspondem a NTNBS no montante de R\$ 50.745 (R\$48.013 em 2011) com vencimento até 2045. O valor de mercado destes títulos é de R\$ 74.489 (R\$ 55.364 em 2011). A entidade declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nessa categoria.

As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com a Política de Investimentos.

Conforme estabelecido no artigo 6º da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balanços anuais. Além disso, no caso de transferência da categoria "mantidos até o vencimento" para as demais, essa só poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação.

No exercício, não foram realizadas reclassificações ou alterações nas diretrizes existentes.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

### NOTA 7 - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Descrição	2012	2011
<b>Aluguéis e Renda</b>		
Locadas a Terceiros (1)	2.561	1.279
( - ) Depreciação Acumulada	(5)	(24)
Aluguéis a Receber	392	335
( - ) Provisão para Perda	(392)	(323)
<b>Total</b>	<b>2.556</b>	<b>1.267</b>

(1) Reavaliação de Imóveis: De acordo com a Instrução SPC Nº 34/2009, foram procedidas reavaliações no mês de Dezembro/2012, com base na norma NBRº 14.653 - Partes 1 e 2 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Imóvel	Posição Contábil Nov/2012	Valor de Reavaliação	Resultado	Vida Útil	Empresa Avaliadora
<b>Locadas a Terceiros</b>					
Sítio Sto.Antônio de Lisboa, Lotes: 5, 9, 9A, 95 e 96(1) (2)	762	500	(262)	30	RJ Martins Arquitetura
Praça Maciel Pinheiro, 342 (1)	475	2.061	1.586	30	Valor Engenharia de Avaliações e Perícia Ltda.
<b>Total</b>	<b>1.237</b>	<b>2.561</b>	<b>1.324</b>		

(1) Os imóveis foram reavaliados pelo método comparativo de mercado e o resultado positivo líquido da reavaliação, no montante de R\$ 1.324, foi registrado em Investimentos Imobiliários.

(2) Foi apresentado valor de liquidação forçada, diretamente ligado ao bem, tendo em vista a destinação do imóvel à venda.

### NOTA 8 - ATIVO PERMANENTE

Descrição	2012	2011
<b>Imobilizado</b>		
<b>Móveis e Utensílios</b>		
Custo Corrigido	6	6
( - ) Depreciação	(6)	(6)
<b>Máquinas e Equipamentos</b>		
Custo Corrigido	4	4
( - ) Depreciação	(3)	(2)
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

### NOTA 9 - EXIGÍVEL OPERACIONAL

Descrição	2012			2011
	PLANO BD I	PLANO BD II	TOTAL	
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>259</b>	<b>365</b>	<b>624</b>	<b>613</b>
Obrigações com Participantes e Patrocinadores (1)	-	316	316	261
Reserva de Poupança (2)	259	-	259	270
Retenções sobre Folha de Benefícios	-	49	49	82
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>-</b>	<b>423</b>	<b>423</b>	<b>363</b>
Folha Administrativa	-	23	23	12
Obrigações com Serviços de Terceiros (3)	-	392	392	339
Retenções a Recolher	-	8	8	12
<b>Total</b>	<b>259</b>	<b>788</b>	<b>1.047</b>	<b>976</b>

(1) Plano BD II: Contribuições efetuadas pelos participantes e patrocinadores no período de Set/2006 à Nov/2010;

(2) Plano BD I: Reserva de poupança de ex-participantes com cancelamento de ação judicial e que não são elegíveis a benefício do plano;

(3) Serviços advocatícios, de informática, consultoria atuarial e taxa de administração dos investimentos.

### NOTA 10 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Descrição	2012	2011
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>395</b>	<b>312</b>
Reserva de Poupança - Desligados	395	312
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>681</b>	<b>672</b>
Provisão - PIS/COFINS	261	179
Provisão Trabalhista / Tributária	420	493
<b>Total</b>	<b>1.076</b>	<b>984</b>

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em ações tributárias, cuja probabilidade de perda foi considerada "possível" por nossos assessores legais, sendo que as naturezas referem-se à incidência de Imposto de Renda e IOF sobre aplicações financeiras no período de 1990/1994.

### NOTA 11 - PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas de atuária pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requeridos, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

**I. Provisões de benefícios concedidos** – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes ou beneficiários que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).

**II. Provisões de benefícios a conceder** – Correspondem à diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras.

**III. Provisões matemáticas a constituir** – Correspondem ao valor do contrato de equacionamento do déficit, firmado junto ao Patrocinador, atualizado na data de balanço de acordo com o resultado da avaliação atuarial.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

### b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas do Plano BD II consideram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

Hipótese	2012/2011
Taxa Real Anual de Juros	6,00% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário	0%
Tábua de Mortalidade Geral (1)	AT83
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57
Projeção de Crescimento Real do Benefício do INSS/Plano	0%
Fator de Capacidade de Benefícios e de Salários	100%
Índice do Plano	INPC-IBGE
Rotatividade	Nula
Hipótese Familiar	Ativos: 90% casados e esposa 3 anos mais jovem Assistidos: família informada
Método Atuarial	Idade de entrada
Aposentadoria	1º Elegibilidade

(1) Segregado por Sexo. A tábua de mortalidade adotada corresponde àquela divulgada pelo SOA - "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA - Instituto Brasileiro de Atuária, que reflete um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação à respectiva tábua básica.

### c) Evolução

Descrição	Saldos em 31/12/2011	Constituição Líquida	Saldos em 31/12/2012
<b>Provisões Matemáticas</b>			
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>147.554</b>	<b>637</b>	<b>148.191</b>
Plano BD II	147.554	637	148.191
<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>3.491</b>	<b>48</b>	<b>3.539</b>
Plano BD II	3.491	48	3.539
<b>( - ) Provisões Matemáticas a Constituir</b>	<b>(80.335)</b>	<b>3.452</b>	<b>(76.883)</b>
Plano BD II	(80.335)	3.452	(76.883)
<b>Total</b>	<b>70.710</b>	<b>4.137</b>	<b>74.847</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

A evolução do saldo do contrato de déficit equacionado foi a seguinte:

Descrição	2012	2011
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(80.335)</b>	<b>(77.616)</b>
Recebimento da parcela anual	9.178	11.079
Atualização	(9.454)	(9.577)
Repactuação do Contrato - Absorção do Superávit/(Déficit) do exercício	3.728	(4.221)
<b>Saldo Final do Exercício</b>	<b>(76.883)</b>	<b>(80.335)</b>

Foi firmado em 14 de novembro de 2006, contrato junto ao Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A, sucessor do Banco Bandeirantes S/A, e suas coligadas, Unicard (Banco Múltiplo S/A) e Unibanco Seguros S/A, os quais assumiram o patrocínio da Entidade através de Instrumento Particular de Consolidação e Parcelamento de Dívida e Outras Avenças no valor de R\$ 76.165, sendo financiado em 18 (dezoito) anos e com prestações anuais, com a finalidade de restabelecer a situação econômico-financeira, preservar os direitos já adquiridos e atribuí-los aos participantes, mediante gestão sob responsabilidade e a cargo do patrocinador.

Em 2012, após avaliação atuarial, verificou-se que o plano apurou Superávit no montante de R\$ 3.728, havendo assim, conforme previsto no contrato acima mencionado, repactuação do saldo.

O contrato é atualizado pela tabela price, corrigido mensalmente pela variação do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), acrescido ao equivalente mensal a taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano.

### NOTA 12 - FUNDOS ADMINISTRATIVOS

São constituídos/revertidos mensalmente, pela apropriação dos saldos nos respectivos programas, representados principalmente pela receita resultante dos investimentos.

**a) Fundos Administrativos** – Constituído com base no excedente superavitário verificado na apuração do resultado da Gestão Administrativa Previdencial, com finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura das despesas administrativas. A entidade deve obrigatoriamente possuir recursos nesta conta, no mínimo, equivalentes ao saldo registrado no Ativo Permanente.

Descrição	2012	2011
Fundos Administrativos	1	2
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

### NOTA 13 - PARTES RELACIONADAS

As operações de partes relacionadas com o Itaú Unibanco S/A e Previtec Previdência e Tecnologia Ltda. caracterizam-se basicamente por:

Descrição	2012	2011	
<b>Ativo / (Passivo)</b>			
<b>Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas</b>	<b>76.878</b>	<b>80.331</b>	
Contrato de Déficit Equacionado (Nota 11)	76.883	80.335	
Taxa de Administração da Carteira	(5)	(4)	
<b>Receitas / (Despesas)</b>			
<b>(Despesas)</b>	<b>9.262</b>	<b>9.406</b>	
Atualização do Contrato de Déficit Equacionado (Nota 11)	9.454	9.577	
Taxa de Administração da Carteira	(60)	(53)	
Taxa de Gestão Previdencial	(132)	(118)	

Além das operações acima discriminadas, a BANORTE – Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social, como parte integrante do Convênio Rateio de Custos Comuns do Itaú Unibanco S/A, registrou despesa gerais no valor de R\$ 603 (R\$ 648 em 31/12/2011) em função da utilização da estrutura comum.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

### NOTA 14 - RECLASSIFICAÇÃO PARA FINS DE COMPARABILIDADE

Visando permitir a comparabilidade na Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, foram efetuadas as seguintes reclassificações dos saldos em 31/12/2011, referente ao Convênio Rateio de Custos Comuns do Itaú Unibanco S/A:

Descrição	Saldo em 31/12/2011	Reclassificação	Saldos Reclassificados
<b>Despesas Administrativas</b>			
<b>Administração Previdencial</b>	<b>(1.513)</b>	-	<b>(1.513)</b>
Serviços de Terceiros	(1.338)	648	(690)
Despesas Gerais	(175)	(648)	(823)

### NOTA 15 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

**a)** Encontra-se em andamento o processo de retirada de patrocínio das patrocinadoras vazias do Plano de Benefícios I, CNPB nº 19.800.006-38, e adesão e retirada de patrocinadoras no Plano de Benefícios II, CNPB nº 20.060.053-83. Tal processo constitui etapa do projeto de reestruturação da gestão administrativa da entidade.

Este processo será encaminhado à Previc para aprovação no 1º trimestre de 2013 e efetivado dentro do prazo estabelecido por este órgão.

**b)** A entidade, apesar de possuir reduzido grau de risco em função de não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros (incêndio e roubo, conforme o caso).

**Sergio Guillinet Fajerman**

Diretor Superintendente

CPF 018.518.957-10

**Reginaldo José Camilo**

Contador – CRC nº 1SP114.497/O-9

CPF 859.338.648-20

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2012 do Plano de Benefícios II da Banorte Fundação Manoel B da Silva de Seguridade Social, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/09/2012.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2012.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Banorte verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completitude das informações prestadas é inteiramente da patrocinadora e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela portaria nº 337/MPS/PREVIC/DITEC, de 28/6/2011.

### I – Estatísticas

<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>30/09/2012</b>
<b>Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)</b>	
Número	7
Idade média (em anos)	50,0
Tempo de serviço médio (em anos)	27,5
Folha de Salários Anual (13x)	369.557,00
<b>Benefícios Concedidos</b>	
Número de aposentados válidos	306
Idade média (em anos)	72,1
Valor médio do benefício	2.848
Número de aposentados inválidos (1)	53
Idade média (em anos)	57,4
Valor médio do benefício	1.067
Número de Pensionistas	184
Idade média (em anos)	69,0
Valor médio do benefício	886

(1) Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos



## II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e a Banorte Fundação e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios II conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela resolução CGPC nº10/2012, com vigência a partir de 01/01/2013.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

<b>Hipóteses Econômicas e Financeiras</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Taxa real anual de juros	6% a.a.	6% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	0% para empregados e autopatrocinados	0% para empregados e autopatrocinados
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,0%	0,0%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,0%	0,0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	100%	100%
Benefícios do plano	100%	100%
Benefícios do INSS	100%	100%

<b>Hipóteses Biométricas e Demográficas</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Tábua de Mortalidade Geral	AT 83 (1)	AT 83 (1)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 83 (1)	AT 83 (1)
Tábua de Entrada de Invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Desligamentos	Nula	Nula

<b>Outras hipóteses</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Probabilidade de Aposentadoria	100% na 1ª Elegibilidade	100% na 1ª Elegibilidade
Composição familiar		
Benefícios concedidos		
Aposentados	Composição informada	Composição informada
Pensionistas	Composição informada	Composição informada
Benefícios a conceder		
Cônjuge	Esposa 3 anos mais jovem	Esposa 3 anos mais jovem
Probabilidade de casados na aposentadoria	90% casados	90% casados

(1) Segregada por sexo e suavizada em cerca de 10%, a qual está baseada no estudo denominado "Aderência das Hipóteses Atuariais", elaborado por consultoria atuarial externa e independente.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

#### **Taxa real anual de juros**

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, poderia ser definida com base na expectativa de longo prazo do retorno de investimentos do plano, na data-base da avaliação atuarial. De acordo com a expectativa das patrocinadoras, a taxa de retorno real de longo prazo é de 6% a.a., a qual está baseada no documento denominado “Estudo de Aderência das Hipóteses Econômicas”, elaborado sob coordenação do Diretor de Investimentos da Entidade, bem como, segundo os estudos, encontra-se em consonância com o cenário econômico atual do Brasil.

A recém-publicada Resolução CNPC nº 9, de 29/11/2012, estabeleceu novos limites para as taxas reais de juros, que devem ser aplicados progressivamente já a partir da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício 2013. Com isso, o limite máximo reduz de 6%, válido para a Avaliação de 31/12/2012, para 4,5% a partir da Avaliação de 31/12/2018, correspondendo a uma redução gradativa de 0,25% ao ano

#### **Projeção do crescimento real de salário**

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

As patrocinadoras, tendo em vista as particularidades da massa de participantes, optaram pela manutenção da taxa de crescimento salarial de 0% por considerar que essa taxa reflete a expectativa das empresas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira dos seus empregados.

#### **Fator de determinação do valor real ao longo do tempo**

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independentemente de eventual redução inflacionária.

#### **Hipóteses Biométricas e Demográficas**

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

### **Regime Financeiro e Métodos Atuariais**

#### Repartição Simples

- Auxílio Doença
- Auxílio Reclusão

#### Capitalização Individual – Idade de Entrada

- Benefício da Aposentadoria por Tempo de Contribuição
- Benefício da Aposentadoria por Idade
- Benefício da Aposentadoria Especial e de Ex-Combatentes
- Benefício da Aposentadoria por Invalidez
- Benefícios da Pensão
- Abono Anual
- Pecúlio por Morte
- Instituto do Benefício Proporcional Diferido
- Instituto da Portabilidade
- Instituto do Resgate de Contribuições

O Método de Idade Normal de Entrada – Percentual Constante é usado para determinar o custo do serviço e a obrigação projetada para aposentadoria, desligamento e demais benefícios. De acordo com este método, os custos normais para um empregado representam o financiamento de seu benefício com um percentual constante sobre o salário, desde a idade de entrada até a idade de aposentadoria. O custo normal do plano é a soma dos custos normais de todos os empregados.

### **Comentários sobre métodos atuariais**

As taxas de custeio apuradas pelos métodos indicados se manterão constantes, salvo se a experiência real divergir das hipóteses adotadas.

Cabe ressaltar que, sendo as contribuições calculadas com base no Salário Real de Contribuição, elas poderão aumentar nominalmente na medida em que evoluírem os salários e outros componentes.

### **III – Patrimônio Social**

Com base no Balanço da Banorte Fundação Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social de 31 de dezembro de 2012, o Patrimônio Social é de R\$ 74.847.955,49.

De acordo com informações prestadas pela Banorte para a manutenção de títulos marcados na curva, a entidade possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução nº 4/2002.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Banorte.

### **IV – Patrimônio de Cobertura do Plano e Fundos**

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura, das Provisões e dos Fundos do plano em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

Valores em R\$	
<b>PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO</b>	<b>74.846.789,59</b>
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>74.846.789,59</b>
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>148.190.861,00</b>
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Conta de Assistidos	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	148.190.861,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	114.942.656,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	33.248.205,00
<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>3.538.861,00</b>
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	0,00
Saldo de Contas – Parcela Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	3.464.283,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	3.509.988,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(45.705,00)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	74.578,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	76.020,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(1.442,00)
<b>Provisão Matemática a Constituir</b>	<b>(76.882.932,41)</b>
Serviço Passado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	(76.882.932,41)
Patrocinador(es)	(76.882.932,41)
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>0,00</b>
Resultados Realizados	0,00
Superávit Técnico Acumulado	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
<b>FUNDOS</b>	<b>1.165,90</b>
Fundo Previdencial	0,00
Fundo Administrativo	1.165,90
Fundo de Investimento	0,00

Os Fundos Administrativos equivalem a R\$ 1.165,90, posicionados em 31/12/2012. Os valores registrados nestes Fundos são controlados pela Banorte Fundação e visam assegurar o saldo mínimo equivalente ao valor do Ativo Permanente.

#### **V – Variação do Passivo Atuarial**

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2012 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2011 projetado para 31/12/2012, sem levar em consideração as provisões matemáticas a constituir.

	Valores em R\$		Variação em %
	<b>Exercício Encerrado</b>	<b>Exercício Anterior Atualizado</b>	
<b>Passivo Atuarial</b>	151.729.722,00	154.325.222,00	(1,68%)
Benefícios Concedidos	148.190.861,00	150.423.232,00	(1,48%)
Contribuição Definida	0,00	0,00	0,00%
Benefício Definido	148.190.861,00	150.423.232,00	(1,48%)
Benefícios a Conceder	3.538.861,00	3.901.990,00	(9,31%)
Contribuição Definida	0,00	0,00	0,0%
Benefício Definido	3.538.861,00	3.901.990,00	(9,31%)

Os compromissos atuariais apurados na avaliação atuarial de 2012 variaram dentro do esperado considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas.

#### **VI – Plano de Custeio**

O Plano de Custeio de Participantes Ativos do Plano de Benefícios II é definido em faixas salariais no seu regulamento, conforme tabela a seguir:

<b>Faixas Salariais em UR</b>	<b>Taxa sobre a parcela salarial</b>
Até 0,66864	3%
De 0,66865 a 1,33728	5%
De 1,33729 a 2,67456	10%
De 2,67457 a 5,34912	11%
De 5,34913 a 21,39648	13%

A aplicação das taxas regulamentares sobre o salário futuro dos participantes ativos não-iminentes leva a uma contribuição média nivelada de 6,45%, o que representa um 0,42% acima do custo atuarial do plano. Diante deste fato, essa receita excedente será destinada para custear uma parcela das despesas administrativas.

Considerando que as contribuições dos participantes suportam integralmente o custo atuarial, a patrocinadora será responsável pela parcela mais significativa do custeio administrativo.

Isto posto, demonstramos a seguir o Custeio Anual Proposto para o exercício de 2013:

<b>Custeio</b>	Valores anuais estimados em R\$			
	<b>Atuarial</b>	<b>Administrativo</b>	<b>Total</b>	<b>Proporção</b>
Participante	12.001,09	841,25	12.842,34	0,75%
Patrocinadora	0,00	1.584.678,75	1.584.678,75	99,25%
<b>Total</b>	<b>12.001,09</b>	<b>1.585.520,00</b>	<b>1.597.521,09</b>	<b>100,00%</b>

O Plano de Custeio Proposto atende ao custo do plano definido atuarialmente nesta Avaliação Atuarial.

Informamos ainda que o Plano de Benefícios II registra, em 31/12/2012, uma dívida com o Itaú Unibanco no montante de R\$ 76.882.932,41, a qual se origina do déficit apurado em 31/5/2006 quando da implantação do Plano de Benefícios II com migração de participantes do Plano de Benefícios I, e vem sendo amortizada de acordo com os termos contratuais.

#### **VII – Conclusão**

O Plano de Benefícios II apresentou no encerramento do exercício de 2012 um superávit de R\$ 3.190.815,64. Esta sobra foi deduzida do devedor do contrato de dívida existente, conforme estabelecido pelo Parágrafo Sexto da Cláusula Primeira que prevê a revisão do saldo devedor apurado no encerramento do exercício com base no resultado do Plano de forma a restabelecer o equilíbrio do plano.

Dessa forma, no encerramento do exercício de 2012 o valor do saldo devedor do contrato de dívida, totalizou o montante de R\$ 76.882.932,41, em 31/12/2012.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Benefícios II da Banorte Fundação encontra-se em equilíbrio financeiro-atuarial absoluto, atendendo assim as exigências dispostas na Resolução CGPC nº 26, de 26/9/2008, alterada pela resolução CGPC nº 10/2012, com vigência a partir de 01/01/2013.

Ressaltamos ainda que os resultados desta avaliação atuarial são sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos. Assim, modificações futuras nas experiências observadas poderão implicar em variações relevantes nos resultados atuariais.

Os consultores da Towers Watson que assinam este relatório possuem as qualificações necessárias para emitir as opiniões atuariais aqui contidas e são independentes da entidade e das patrocinadoras registradas neste relatório.

São Paulo, 14 de Março de 2013

**Towers Watson Consultoria Ltda.**

**Mateus Viana Ribeiro Pena**

MIBA nº 1.589

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras  
Banorte – Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social

Examinamos as demonstrações financeiras da Banorte – Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social ("Entidade"), doravante referidas como consolidado, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Banorte – Fundação Manoel Baptista da Silva e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Recife, 25 de março de 2013

**PricewaterhouseCoopers**

**Auditores Independentes**

CRC nº 2SP000160/O-5 “F” PE

**Maria José de Mula Cury**

Contadora – CRC nº 1SP192785/O-4 “S” PE



No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame do balanço patrimonial, das demonstrações do resultado, do fluxo financeiro e das notas explicativas às demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2012, baseados nos pareceres da Consultoria atuarial Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda. e da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e nas normas pertinentes, os membros do Conselho Fiscal concluíram, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Banorte – Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social em 31.12.2012, recomendando a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo (SP), 18 de março de 2013.

Presidente

**Ottavio Aldo Ronco**

Conselheiros Efetivos

**Djalma Desenzi**

**Marco Aurélio de Oliveira**

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, do Fluxo Financeiro e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, consolidadas e individuais por plano, encerradas em 31.12.2012, baseados nas normas pertinentes e nos pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial Towers Watson Consultoria Ltda. e da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros do Conselho Deliberativo da Banorte – Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social (“BANORTE”), deliberaram unanimemente aprovar os referidos documentos, que refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da BANORTE e dos planos de benefícios em 31.12.2012.

São Paulo (SP), 25 de março de 2013.

Presidente

**Oswaldo do Nascimento**

Conselheiros

**Hercílio Ricardo Ferreira Filho**

**Isaltino Bezerra e Silva**

**Marcelo Luis Orticelli**

**Sérgio Souza Fernandes Júnior**

Em cumprimento à legislação em vigor, apresentamos abaixo resumo dos investimentos e das despesas com a administração dos mesmos, relativo ao Exercício de 2012 do Plano Banorte:

1. No quadro abaixo apresentamos comparativo entre os limites de alocação para cada segmento de investimentos determinados pela Resolução CMN 3792, de 24 de setembro de 2009 :

A posição de diversificação dos recursos garantidores de 31/12/12 e de 31/12/11 era a seguinte:

Descrição	Limite Máximo (1)	Dezembro/2012		Dezembro/2011		Var. % dez/12 x dez/11
		R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	
Renda Fixa (2)	100	66,5	90,1%	61,9	91,2%	7,4%
Títulos Públicos	100	66,5	90,1%	61,9	91,1%	7,4%
Títulos Privados	80	0,02	0,0%	0,03	0,0%	(33,3%)
Renda Variável (2)	35	3,7	5,0%	3,7	5,4%	0,0%
Outras	35	3,7	5,0%	3,7	5,4%	0,0%
Investimentos Estruturados	10	1,0	1,4%	1,0	1,5%	0,0%
Imóveis	4	2,6	3,5%	1,3	1,9%	100,0%
Valores a Pagar/Receber		2,1		3,9		
<b>Total</b> (Resumo do Demonstrativo de Investimentos)	<b>100,0</b>	<b>75,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>71,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>5,7%</b>

(1) Definido na legislação em vigor e na política de investimentos de 2012 a 2016.

(2) Os ativos integrantes das carteiras de fundos estão alocados nas respectivas modalidades.

2. A seguir apresentamos as rentabilidades do Exercício de 2012 da Banorte e a taxa mínima atuarial do plano de benefício:

De acordo com a Política de Investimentos o índice de referência para a performance das aplicações financeiras é a Meta Atuarial do plano.

A meta atuarial, que corresponde a taxa de juros atuarial e o indexador do plano (INPC+ 6%), em 2012 foi de 12,56% e o Ibovespa acumulado foi de 7,40%.

Abaixo apresentamos a rentabilidade dos investimentos por segmento e sua performance em relação à meta atuarial:

Segmento	% de alocação	Rentab. Nominal	Índice de Referência / Meta Atuarial	Performance em relação ao índice de referência à meta atuarial	
Renda Fixa	90,1	11,67	12,56		(0,79)
Renda Variável	5,0	17,97	7,40	9,84	4,81
Investimentos Estruturados	1,4	6,25	12,56		(5,61)
Imóveis	3,5	120,28	12,56		95,70
<b>Rentabilidade Total</b>	<b>100,0</b>	<b>14,09</b>	<b>12,56</b>		<b>1,36</b>

### 3. Gestão dos Investimentos

Os investimentos da Fundação Banorte são geridos somente pelo Itaú Unibanco.

4. Especificação dos desenquadramentos e inobservância à Resolução CMN nº 3792 de 24.09.2009:  
Não há desenquadramentos.

5. Em atendimento ao parágrafo V do art. 3º da Resolução CGPC nº 23/06, apresentamos a seguir as despesas relevantes incorridas na administração da entidade no exercício de 2012:

Em R\$ milhões

Descrição	Dezembro/2012	Dezembro/2011	Varição%
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(1,52)</b>	<b>(1,93)</b>	<b>(21%)</b>
<b>1. Administração Previdencial</b>	<b>(1,44)</b>	<b>(1,86)</b>	<b>(22%)</b>
Pessoal e Encargos	(0,26)	(0,24)	10%
Serviços de Terceiros	(0,24)	(0,69)	(65%)
Despesas Gerais	(0,94)	(0,93)	1%
<b>2. Administração dos Investimentos</b>	<b>(0,08)</b>	<b>(0,07)</b>	<b>10%</b>
Serviços de Terceiros	(0,08)	(0,07)	10%

A seguir apresentamos resumo da política de investimentos para o exercício de 2012 dos planos:

- Plano Benefício Definido - Banorte
- Plano de Benefícios II - Banorte
- Plano de Gestão Administrativa - PGA

## 1. Taxa Mínima Atuarial

Plano de Benefícios	Indexador	Taxa de Juros
Benefício Definido	INPC	6%
Plano de Benefícios II	INPC	6%

## 2. Controles de Riscos

- Risco de Mercado
- Risco de Liquidez
- Risco de Contraparte
- Risco Legal
- Risco Operacional

## 3. Alocação dos Recursos

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo		
			Benefícios Definidos	Benefícios II	PGA
Renda Fixa	52%	100%	88,30%	88,30%	100%
Renda Variável	0%	25%	7,00%	7,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	0%	10%	1,80%	1,80%	0,00%
Investimentos Exterior	0%	3%	0,00%	0,00%	0,00%
Imóveis	0%	5%	2,90%	2,90%	0,00%
Operações com Participantes	0%	5%	0,00%	0,00%	0,00%

## 4. Derivativos

O Plano pode realizar operações com derivativos, desde que observadas as condições estabelecidas na Res. CMN 3792/2009.

## 5. Referência de Rentabilidade

A referência de rentabilidade será igual à taxa mínima atuarial do plano para os segmentos Renda Fixa, Investimentos Estruturados, Investimentos Exterior, Imóveis e Operações com Participantes. Para o segmento de Renda Variável, a referência de rentabilidade será igual à variação do índice Ibovespa fechamento.

## 6. Gestão dos Recursos

- Tipo/Forma: Externa
- Periodicidade da Avaliação: 3 Meses
- Quantidade de Gestores: 1
- Critérios de Avaliação: Em relação a referência de rentabilidade, carteiras e limites de risco estabelecidos.

## 7. Critério para Contratação

Qualitativos	Quantitativos
Histórico da Instituição e experiência	Rentabilidade Histórica Auferida
Filosofia de atuação	Riscos Incorridos
Análise legal	Custos
Inexistência de Conflito de Interesses	Total de Recursos Administrados
Sistemas e Processos	Distribuição do retorno diferencial

## 8. Participação em Assembleias de Acionistas

### 8.1. Limites Mínimos para Participação em Assembleia de Acionistas

Capital Votante: 5%	Capital Total: 10%	Recursos Garantidores: 4%
---------------------	--------------------	---------------------------

## 9. Observância de Princípios de Responsabilidade Socioambiental

Diante do quadro de degradação ambiental do planeta, consideramos fundamental avaliar os impactos sobre o meio ambiente, não só para o êxito do crescimento empresarial, mas como variável decisiva para o desenvolvimento econômico sustentável e a prevenção dos riscos à saúde humana.

### Política de Investimentos - 2013

Abaixo demonstramos os limites de alocação da política de investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo para o exercício de 2013:

Segmento	Limites Resolução CMN 3.792 /09 (%)	Plano de Benefícios II			PGA		
		Limites %	Alocação Alvo %	Índice de Referência	Limites %	Alocação Alvo %	Índice de Referência
Renda Fixa	100	100	85	Meta Atuarial	100	100	CDI
Renda Variável	70	20	6	IBOVESPA	20	0	IBOVESPA
Investimentos Estruturados	20	10	2	Meta Atuarial	10	0	CDI
Investimentos no Exterior	10	5	0	Meta Atuarial	5	0	CDI
Imóveis	8	4	3	Meta Atuarial	0	0	CDI
Operações com Particip.	15	5	4	Meta Atuarial	0	0	CDI

(obs) A meta atuarial do Plano de Benefício II é INPC + 6% aa.



[www.fundacaobanorte.com.br](http://www.fundacaobanorte.com.br)



**Recife (PE)**

Avenida Rui Barbosa, 251 – 4º andar  
Edifício Parque Amorim – Bairro Graças – CEP 52011-040